

Casa do Menino Jesus de Praga

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar
90110-150 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 199 - CEP 90001-970 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3303-6000, Fax +55 (51) 3303-6001
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da
Casa do Menino Jesus de Praga
Porto Alegre – RS

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Casa do Menino Jesus de Praga “Entidade”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Casa do Menino Jesus de Praga em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.k, as doações e auxílios recebidos em dinheiro, alimentos e subvenções destinados ao custeio das atividades da Entidade são contabilizadas em contas de receitas no momento de seu recebimento, enquanto as doações, subvenções e contribuições patrimoniais são contabilizadas diretamente no patrimônio líquido, na rubrica de patrimônio social. Em 31 de dezembro de 2016, a Entidade reconheceu o montante de R\$ 653.576 (R\$ 1.484.972 em 2015) como doações patrimoniais diretamente no patrimônio líquido. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros determinam que essas doações devem ser reconhecidas no resultado do exercício e classificadas nos fluxos das atividades operacionais na demonstração dos fluxos de caixa. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2016, o valor apresentado como receitas com doações recebidas e o resultado do exercício apresentam-se diminuídos em R\$653.576 (R\$ 1.484.972 em 2015), enquanto os fluxos de caixa operacionais estão reduzidos naqueles montantes, respectivamente.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.



Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 12 de abril de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Wladimir Omiechuk
Contador CRC RS-041241/O-2

Casa do Menino Jesus de Praga

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(em Reais)

Ativo	Nota Explicativa	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	87.317	120.104	Fornecedores		103.636	90.768
Aplicações financeiras	5	162.436	664.122	Obrigações sociais e trabalhistas		218.202	173.852
Estoques	6	190.301	173.956	Obrigações tributárias		5.981	2.217
Adiantamentos a fornecedores		46.125	103.172	Total do circulante		327.819	266.837
Despesas antecipada		599	4.788				
Outros		35.429	-	Não circulante			
Total do circulante		522.206	1.066.142	Provisão para contingências trabalhistas	9	31.000	-
Não circulante				Total não circulante		31.000	-
Depósitos judiciais		26.139	30.103				
Aplicações financeiras vinculadas	5	-	592.378	Patrimônio líquido	10		
Imobilizado	7	10.379.324	8.555.890	Patrimônio social		10.396.230	9.767.579
Total do ativo não circulante		10.405.463	9.178.371	Ajuste de avaliação patrimonial		172.619	183.408
				Superávits acumulados		-	26.689
Total do ativo		10.927.669	10.244.513	Total do patrimônio líquido		10.568.849	9.977.676
				Total do passivo e do patrimônio líquido		10.927.669	10.244.513

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Casa do Menino Jesus de Praga

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(em Reais)

	Nota Explicativa	2016	2015
Receitas operacionais	11	<u>3.694.615</u>	<u>3.247.686</u>
Custos e despesas operacionais			
Despesas com abrigados	13	(1.095.733)	(1.025.102)
Despesas administrativas	14	(603.804)	(484.976)
Despesas com pessoal	15	(2.222.456)	(1.606.225)
Despesas tributárias		(11.723)	(10.182)
Outras receitas/despesas líquidas	12	<u>107.778</u>	<u>(12.890)</u>
Despesas operacionais líquidas		<u>(3.825.938)</u>	<u>(3.139.375)</u>
Superávit/(déficit) operacional antes do resultado financeiro		<u>(131.323)</u>	<u>108.311</u>
Resultado financeiro			
Despesas financeiras		(25.771)	(12.576)
Receitas financeiras		<u>94.691</u>	<u>81.982</u>
Resultado financeiro líquido		<u>68.920</u>	<u>69.406</u>
(Déficit)/ Superávit do exercício		<u><u>(62.403)</u></u>	<u><u>177.717</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Casa do Menino Jesus de Praga

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(em Reais)

	Nota Explicativa	Patrimônio Social	Avaliação Patrimonial	Superávits (déficits) Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2015		8.282.607	194.198	(161.818)	8.314.987
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	7	-	(10.790)	10.790	-
Superávit do exercício		-	-	177.717	177.717
Doações recebidas para a construção da nova sede	8	1.484.972	-	-	1.484.972
Saldos em 31 de dezembro de 2015		9.767.579	183.408	26.689	9.977.676
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	7	-	(10.789)	10.789	-
Déficit do exercício		-	-	(62.403)	(62.403)
Doações recebidas para a construção da nova sede	8	653.576	-	-	653.576
Incorporação do déficit ao patrimônio social		(24.925)	-	24.925	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016		10.396.230	172.619	-	10.568.849

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Casa do Menino Jesus de Praga

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(em Reais)

	Nota explicativa	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Déficit)/superávit do exercício		(62.403)	177.717
Ajustes para:			
Depreciação	7	134.871	90.257
Rendimento sobre aplicações financeiras		(93.991)	(78.695)
Provisão para contingências trabalhistas		31.000	
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Estoques		(16.345)	(6.490)
Outras contas a receber		29.771	(89.264)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		12.868	(38.973)
Outras obrigações		48.114	24.345
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		83.886	78.897
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras		1.188.055	(590.340)
Aquisição de imobilizado	7	(1.958.305)	(921.389)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(770.250)	(1.511.729)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Doações recebidas vinculadas a imobilizações	8	653.576	1.484.972
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		653.576	1.484.972
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		(32.787)	52.140
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício		120.104	67.964
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício		87.317	120.104
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		(32.787)	52.140

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Casa do Menino Jesus de Praga (“Entidade”) é uma entidade filantrópica, reconhecida pelo Decreto Federal 50.517/1992, constituída no Brasil, e sua sede está localizada à Rua Nelson Zang, 285, Bairro Intercep, em Porto Alegre - Rio Grande do Sul. A Entidade tem por finalidade promover o bem-estar, a proteção, a assistência e o amparo de crianças desprotegidas, com deficiências cerebrais graves (encefalopatia crônica) e deficiência motora permanente.

Por se tratar de Entidade filantrópica usufrui de isenções fiscais e previdenciárias.

Em assembleia geral, promovida pela equipe gestora da Casa do Menino Jesus de Praga, foram convocados todos os associados para que deliberassem acerca da mudança no Estatuto Social, a qual se trata da alteração da estrutura de governança da entidade.

Portanto a estrutura de governança passa a contar com: Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Consultivo e Comitê Gestor.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

a. Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (NBC ITG 2002) e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através da Resolução CFC 1.049/12 aplicáveis a Entidade sem finalidade de lucros.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Fiscal e autorizadas para emissão em 12 de abril de 2017.

3 Principais práticas contábeis

a. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico.

b. Moeda Funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o numeral mais próximo.

c. Estimativas contábeis

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes e são revisadas continuamente. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o prazo de vida útil e valor residual do ativo imobilizado e provisão para riscos trabalhistas. Os efeitos

decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos. Os saldos de disponibilidade de caixa e bancos conta movimento são classificados como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

e. Aplicações financeiras

Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa no médio e longo prazo, e para investimento. Desta forma, não estão classificados como caixa e equivalentes de caixa.

f. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os custos incorridos na construção do ativo. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos demais ativos imobilizados.

Os terrenos não sofrem depreciação. Para as demais classes do ativo imobilizado a depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado. A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que consiste no custo do ativo deduzido do valor residual.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas abaixo:

- Edifícios 37-59 anos;
- Instalações 10 anos;
- Móveis e utensílios 10 anos;
- Computadores e periféricos 5 anos;
- Veículos 5 anos.

g. Redução ao valor recuperável dos ativos

No fim de cada exercício, a Entidade analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Entidade estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. Se o valor recuperável estimado for menor, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável estimado e uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente em lucros e perdas.

h. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor histórico o qual não excede o valor líquido de realização.

i. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

j. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

k. Reconhecimento das doações, auxílios recebidos e subvenções

As doações e auxílios recebidos em dinheiro, alimentos e outros e subvenções destinados ao custeio das suas atividades são contabilizadas em contas de receita no momento de seu recebimento. As doações, subvenções e contribuições patrimoniais, inclusive as arrecadadas na constituição da Entidade, são contabilizadas no patrimônio social.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão representados conforme abaixo:

[2016	2015
Caixa	2.467	4.204
Banco conta corrente	<u>84.850</u>	<u>115.900</u>
	<u>87.317</u>	<u>120.104</u>

5 Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas

O saldo R\$ 162.436 no ativo circulante (R\$ 664.122 em 2015) refere-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e quotas de fundos de investimento e estão vinculadas a variação de taxas dos certificados de depósitos interbancários - CDI e a variação das quotas do fundo, mantidas junto ao Banco do Brasil, Banco Santander, Banco Itaú, Caixa Econômica Federal e Banco Banrisul. As aplicações em Certificados de Depósitos Bancários - CDB são remuneradas a 100 % da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2016. As aplicações financeiras vinculadas à obra da nova sede da Entidade, no montante de R\$ 591.378, em 31 de dezembro de 2015, foram completamente resgatadas durante o exercício de 2016, para utilização, conforme descrito na nota 7.

6 Estoques

Os saldos de estoques estão representados conforme abaixo:

	2016	2015
Alimentos não perecíveis	9.576	18.607
Alimentos especiais	34.661	24.689
Fraldas/absorventes	27.835	16.188
Materiais e utensílios descartáveis	27.148	27.899
Material de limpeza	10.335	7.013
Medicamentos	80.748	79.560
	190.301	173.956

7 Imobilizado

O saldo do ativo imobilizado está assim composto:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	230.000	-	230.000	230.000	-	230.000
Edificações	2.586.927	(326.380)	2.260.547	2.586.927	(222.902)	2.364.025
Máquinas e equipamentos	205.989	(131.348)	74.641	179.855	(117.726)	62.129
Equipamentos de informática	37.618	(27.314)	10.304	35.233	(21.891)	13.342
Móveis e utensílios	53.074	(45.651)	7.423	53.075	(40.344)	12.731
Veículos	195.799	(60.751)	135.048	64.536	(51.335)	13.201
Imobilizado em andamento	7.661.590	-	7.661.590	5.860.462	-	5.860.462
	12.750.997	(591.444)	10.379.553	9.010.088	(454.198)	8.555.890

Movimentação no ativo imobilizado

	Saldos em 31/12/2015	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2016
Terrenos	230.000	-	-	230.000
Edificações	2.364.025	-	(103.478)	2.260.547
Máquinas e equipamentos	62.129	26.143	(13.631)	74.641
Equipamentos de informática	13.342	-	(3.038)	10.304
Móveis e utensílios	12.731	-	(5.308)	7.423
Veículos	13.201	131.263	(9.416)	135.048
Imobilizado em andamento	5.860.462	1.800.899	-	7.661.590
	8.555.890	1.958.305	(134.871)	10.379.553

Custo líquido	Saldos em 31/12/2014	Adições	Depreciação	Transferências	Saldos em 31/12/2015
Terrenos	230.000	-	-	-	230.000
Edificações	2.415.840	-	(50.144)	(1.672)	2.364.025
Máquinas e equipamentos	37.557	27.750	(12.072)	8.894	62.129
Equipamentos de informática	10.952	5.300	(4.574)	1.664	13.342
Móveis e utensílios	21.856	6.255	(6.577)	(8.803)	12.731
Veículos	30.173	-	(16.889)	(83)	13.201
Imobilizado em andamento	<u>4.978.377</u>	<u>882.084</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.860.462</u>
	<u>7.724.754</u>	<u>921.389</u>	<u>90.257</u>	<u>-</u>	<u>8.555.890</u>

Edificações

Em 19 de março de 2013, a Entidade, e outras nove entidades beneficentes, receberam em doação 1/20 avos do imóvel situado na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201, Bairro Jardim de Carvalho, conforme Escritura Pública transmitida por J.M. Imóveis Ltda., cujo valor de avaliação correspondente a Entidade, foi de R\$ 2.000.000, o que aumentou o valor do imobilizado e conseqüentemente o patrimônio social de forma significativa nos exercícios apresentados, Conforme termos da Escritura Definitiva. O imóvel doado possui cláusulas restritivas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade, e a Entidade passou a usufruir dos valores dos aluguéis correspondentes a partir de 15 de setembro de 2015, sendo que até essa data todas as obrigações relativas ao imóvel serão atendidas pelo doador.

Imobilizações em andamento

As adições do período no valor de R\$ 1.800.899, contemplam os montantes recebidos de doações vinculadas descritas na nota explicativa 8 e outros investimentos realizados com recursos próprios.

Conforme previsto no Planejamento Estratégico da Entidade, a construção da nova sede, na Rua Nelson Zang nº. 420 continua em andamento. No ano de 2016, atingiu um patamar de aproximadamente 85% da obra concluída. Os trabalhos estão sendo desenvolvidos com novos recursos captados, no entanto, no ano de 2016 foi necessário utilizar o montante de R\$ 457.000 de recursos próprios para custear a obra. Esse valor foi utilizado na forma de pagamentos para fornecedores, para não prejudicar o andamento da obra. A Entidade continua fazendo campanhas de arrecadação, bem como, mantendo uma série de contatos com pessoas físicas e jurídicas e órgãos governamentais, buscando a captação de recursos para a obra. Para o ano de 2017, busca-se também a continuação da captação de recursos, via utilização de incentivos fiscais do imposto de renda (Programa Funcrância), e utilização de incentivo fiscal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (Lei da Solidariedade). Buscam-se, também, recursos oriundos de fundações do Brasil e do exterior. A previsão da Administração, face aos aumentos constantes no material de construção, é de que ainda serão necessários recursos na ordem de aproximadamente R\$ 1.200.000, para a conclusão da obra. A Administração tem expectativa de continuidade do fluxo de captação de recursos, permitindo que a conclusão da obra ocorra em um prazo de até 12 meses.

8 Doações vinculadas

As doações recebidas para a construção da nova sede são registradas no patrimônio social. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, as doações recebidas foram de

R\$ 653.576 e R\$ 1.484.972, respectivamente registradas no patrimônio social. Os montantes dos recursos aplicados para a construção da nova sede estão demonstrados na nota explicativa 7.

9 Provisão para contingências

A Entidade possui processos administrativos em andamento referente a causas trabalhistas, para os quais, baseada na opinião de seus assessores jurídicos e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foram registradas provisões para riscos trabalhistas em função dos mesmos terem sido classificados com probabilidade de perda possível. Os valores das causas trabalhistas classificadas como perda provável em 2016 totalizam R\$ 31.000 (R\$ 18.000 em 2015).

10 Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

Compreende o patrimônio social inicial acrescido dos valores dos superávits e/ou déficits, doações de imóveis, doações vinculadas à construção da nova sede e saldo do custo atribuído que vem sendo realizado através do lançamento na conta de realização de ajuste de avaliação patrimonial. A Entidade não distribui qualquer parcela de seus resultados e não remunera sua Diretoria a qualquer título ou pretexto.

b. Ajuste de reavaliação

Refere-se a reavaliação de dois imóveis e de uma gleba urbana de propriedade da Entidade, classificados nas rubricas edificações e terrenos. A referida reavaliação foi efetuada de forma voluntária pela empresa SETAE – Serviços Técnicos de Avaliações e Engenharia Ltda., que emitiu laudo de avaliação datado de 31 de dezembro de 2007.

Em 30 de março de 2012, houve a venda de um dos imóveis, sendo baixada parte do ajuste de avaliação patrimonial referente a esse imóvel.

11 Receitas operacionais

As doações, auxílios e subvenções recebidas apresentadas na demonstração da apuração do superávit ou déficit são originados de doações e auxílios recebidos em dinheiro, alimentos e outros, e subvenções destinadas ao custeio das suas atividades e foram aplicados em suas finalidades institucionais, previstas em seu estatuto. A Entidade não cobra para abrigar e manter as crianças.

Durante o ano de 2016 e 2015, a composição destas receitas foram como segue:

<u>Descrição</u>		2016	2015
Doações diversas	(A)	2.221.247	2.198.017
Doações CMDCA	(B)	518.143	288.500
Doações legionários	(C)	141.978	43.720
Subvenções do INSS	(D)	419.532	401.399
Doações FASC	(E)	198.878	241.064
Trabalho voluntário	(F)	134.837	74.986
Doações CEDICA	(G)	60.000	-
Total		<u>3.694.615</u>	<u>3.247.686</u>

- (A) As doações diversas são receitas sazonais que não se enquadram em nenhuma das outras classificações, dentre estas estão às doações resultantes de processos de inventários;
- (B) As doações CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - são receitas proveniente do programa Federal (Funcriança) pelo qual as pessoas físicas, que declaram o Imposto de Renda pelo modelo completo ou jurídicas, que estão enquadradas no regime do lucro real, podem fazer doações e abatê-las diretamente no Imposto de Renda devido;
- (C) As doações dos legionários são receitas provenientes de doações recebidas por pessoas físicas ou jurídicas diretamente na casa ou através de depósitos em conta corrente;
- (D) As subvenções do INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social - são receitas provenientes do benefício do INSS que corresponde a um salário mínimo por criança.
- (E) As doações FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania são receitas provenientes do programa do governo Municipal e Federal que visa atender pessoas com deficiências. O benefício ocorre através de um valor estipulado por crianças até 18 anos.
- (F) Os trabalhos voluntários foram reconhecidos pelo valor justo da prestação do serviço.
- (G) As doações CEDICA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – são receitas provenientes do programa Federal (Funcriança) pelo o qual as pessoas físicas , que declaram Imposto de Renda, pelo modelo completo ou jurídicas, que estão enquadradas no regime de lucro real, podem fazer doações e abatê-las diretamente do Imposto de Renda devido.

12 Outras receitas e despesas líquidas

Durante os anos de 2016 e 2015 a composição destas receitas foram como segue:

	2016	2015
Receitas de aluguéis	244.272	67.271
Despesa com trabalho voluntário (a)	(134.837)	(74.986)
Outras despesas	(1.656)	(5.185)
Outras receitas/despesas líquidas	107.778	(12.890)

- (a) As despesas com voluntários referem-se basicamente à despesas com alimentação, vestuário e materiais necessários para cuidado dos abrigados.

13 Despesas com abrigados

Durante os anos de 2016 e 2015 a composição de despesas com os abrigados foram como segue:

	2016	2015
Despesas com alimentação	290.681	248.316
Despesas médicas, ambulatoriais e correlatas	514.095	486.920
Despesas com material de higiene e limpeza	156.914	91.869
Despesas com educação	39.411	35.704
Despesas com transporte	25.585	29.908
Outros	69.047	37.917
	1.095.733	1.025.102

O total das despesas com abrigados abrange todos os tipos de gastos necessários para manter o bem-estar das crianças cuidadas pela entidade, desde alimentação às despesas com a estrutura da Entidade.

14 Despesas administrativas

Durante os anos de 2016 e 2015 a composição de despesas administrativas foram como segue:

	2016	2015
Despesas com utilidades	77.017	80.907
Despesas com manutenção e conservação	42.925	37.087
Despesas com divulgação/ comunicação	148.534	150.681
Despesas com correspondência	19.660	19.467
Despesas com combustíveis/ lubrificantes	9.710	9.584
Despesas com serviços de terceiros	90.770	35.214
Comissões pagas	18.000	-
Despesas com depreciação/ amortização	137.245	90.257
Outros	59.943	61.779
	<u>603.804</u>	<u>484.976</u>

15 Despesas com pessoal

Durante os anos de 2016 e 2015 a composição de despesas com pessoal forma como segue:

	2016	2015
Despesas com salários	1.389.284	1.034.470
Despesas com férias e 13º salário	328.386	229.951
Despesas com benefícios	140.824	128.263
Despesas com rescisões e indenizações	120.221	77.191
FGTS	179.342	122.426
Provisões trabalhistas	31.000	-
Outros	33.398	13.925
	<u>2.222.456</u>	<u>1.606.225</u>

16 Seguros

A Entidade mantém seguros para os veículos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros:

Modalidade	Importância segurada
Sinistro sobre veículos	100% tabela FIPE